

As melhores cidades de saneamento básico no Brasil investem quase 340% a mais do que municípios com quase acesso total aos serviços

Instituto Trata Brasil e GO Associados divulgam o novo Ranking do Saneamento com discrepância nos indicadores entre as 100 maiores cidades brasileiras

Março 2022 – Para celebrar o Dia Mundial da Água (22 de março), o Instituto Trata Brasil, em parceria com GO Associados, publica a 14ª edição do **Ranking do Saneamento com o foco nos 100 maiores municípios brasileiros**. O relatório faz uma análise dos indicadores do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), ano de 2020, publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Desde 2009, o Instituto Trata Brasil monitora os indicadores dos cem maiores municípios brasileiros com base em população, com o objetivo de dar luz a um problema histórico vivido no país. A ausência de acesso à água tratada atinge quase 35 milhões de pessoas e 100 milhões de brasileiros não têm acesso à coleta de esgoto, refletindo em centenas de pessoas hospitalizadas por doenças de veiculação hídrica. Os dados do SNIS apontam que o país ainda tem uma dificuldade com o tratamento do esgoto, do qual somente 50% do volume gerado são tratados – isto é, mais de **5,3 mil piscinas olímpicas de esgoto sem tratamento são despejadas na natureza diariamente**. Outro ponto abordado é sobre os investimentos feitos em 2020, que atingiram R\$ 13,7 bilhões, valor insuficiente para que seja cumprido as metas do Novo Marco Legal do Saneamento – Lei Federal 14.026/2020.

Os melhores x os piores municípios dentre os 100 maiores do país

Ao analisar as 20 melhores cidades contra as 20 piores cidades, observamos que há diferenças nos indicadores de acesso: enquanto 99,32% da população das 20 melhores tem acesso à redes de água potável, 82,52% da população dos 20 piores municípios têm o serviço. A porcentagem da população com rede de coleta de esgoto é ainda mais discrepante: 95,59% da população nos 20 melhores municípios tem os serviços; e somente 31,78% da população nos 20 piores municípios são abastecidos com a coleta do esgoto, como é possível ver no quadro abaixo.

Quadro – 20 melhores x 20 piores

Indicador	20 Melhores	20 Piores	Δ	Δ (%)
População Total (IBGE)	25.234.441	15.695.316	9.539.125	61%
Investimento Total dos Últimos Cinco Anos (R\$ MM)	17.100,03	3.837,89	13.262,14	346%
Investimento Anual Médio por Habitante (R\$/hab.)	135,53	48,90	86,62	177%
Indicador de Atendimento Total de Água (%)	99,32	82,52	16,80 pontos percentuais	20%
Indicador de Atendimento Urbano de água (%)	99,83	84,07	15,75 pontos percentuais	19%
Indicador de Coleta Total de Esgoto (%)	95,59	31,78	63,81 pontos percentuais	201%
Indicador de Coleta Urbana de Esgoto (%)	96,55	32,31	64,24 pontos percentuais	199%
Indicador de Tratamento Total de Esgoto (%)	80,99	24,83	56,16 pontos percentuais	226%

Indicador	20 Melhores	20 Piores	Δ	Δ (%)
Indicador de Perdas no Faturamento Total (%)	25,61	57,48	-31,87 pontos percentuais	-55%
Indicador de Perdas na Distribuição (%)	29,89	51,09	-21,20 pontos percentuais	-41%
Indicador de Perdas Volumétricas (L/ligação/dia)	276	809	-534 L/ligação/dia	-66%

FONTE: GO Associados | Instituto Trata Brasil

Quem são os 20 melhores e 20 piores municípios?

Historicamente, o que se observa nos Rankings publicados pelo Instituto Trata Brasil são uma predominância de municípios dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais ocupando as primeiras posições. Por outro lado, entre os 20 piores municípios sempre estão municípios da região Norte, alguns do Nordeste e Rio de Janeiro. Na versão de 2022, não é diferente, com algumas exceções, como é possível ver na tabela abaixo:

Tabela - 20 melhores cidades

Código do Município	Município	UF	Ranking 2022	Operador	População Total (IBGE)	Indicador de Atendimento Total de Água (%)	Indicador de Atendimento Urbano de Água (%)	Indicador de Atendimento Total de Esgoto (%)	Indicador de Atendimento Urbano de Esgoto (%)	Indicador de Esgoto Tratado Referido à Água Consumida (%)	Investimento Total dos Últimos Cinco Anos (R\$ MM)	Investimento Anual Médio por Habitante (R\$/habitante)	Indicador de Perdas no Faturamento Total (%)	Indicador de Perdas na Distribuição (%)	Indicador de Perdas Volumétricas (L/ligação/dia)
354850	Santos	SP	1	SABESP	433.656	100,00	100,00	99,93	100,00	97,60	119,79	55,25	19,37	14,00	245,13
317020	Uberlândia	MG	2	DMAE	699.097	100,00	100,00	98,22	99,60	84,18	497,30	142,27	17,73	26,65	310,27
412550	São José dos Pinhais	PR	3	SANEPAR	329.058	99,99	100,00	81,96	91,41	70,98	250,39	152,18	24,21	25,42	276,24
355030	São Paulo	SP	4	SABESP	12.325.232	99,30	100,00	96,30	97,00	74,13	11.152,23	180,97	25,64	31,03	281,52
351620	Franca	SP	5	SABESP	355.901	100,00	100,00	99,60	100,00	98,82	154,31	86,71	14,09	26,10	152,98
352690	Limeira	SP	6	BRKL	308.482	97,02	100,00	97,02	100,00	86,05	242,45	157,19	12,65	18,88	126,79
353870	Piracicaba	SP	7	SEMAE	407.252	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	492,09	241,67	53,77	56,83	670,89
410480	Cascavel	PR	8	SANEPAR	332.333	99,99	100,00	99,99	100,00	100,00	212,57	127,93	35,95	38,33	262,31
354980	São José do Rio Preto	SP	9	SEMAE	464.983	96,03	99,52	93,49	99,52	96,41	210,48	90,53	9,49	20,32	160,22
411520	Maringá	PR	10	SANEPAR	430.157	99,99	100,00	99,98	99,99	100,00	132,06	61,40	22,71	25,69	166,53
411990	Ponta Grossa	PR	11	SANEPAR	355.336	99,99	100,00	99,98	99,99	88,02	164,41	92,54	36,88	40,42	268,49
410690	Curitiba	PR	12	SANEPAR	1.948.626	100,00	100,00	99,98	99,98	95,09	669,17	68,68	23,87	25,34	357,19
293330	Vitória da Conquista	BA	13	EMBASA	341.128	97,66	99,36	82,96	92,66	88,96	125,38	73,51	22,85	29,96	143,35
355250	Suzano	SP	14	SABESP	300.559	100,00	100,00	93,09	96,48	53,96	203,85	135,65	19,17	28,10	192,01
530010	Brasília	DF	15	CAESB	3.055.149	99,00	99,00	90,90	90,90	90,03	1.462,34	95,73	33,86	34,37	323,04
250400	Campina Grande	PB	16	CAGEPA	411.807	99,73	100,00	91,98	96,49	73,35	81,81	39,73	13,77	28,33	147,05
355410	Taubaté	SP	17	SABESP	317.915	100,00	100,00	99,70	100,00	95,89	70,00	44,04	25,09	34,45	269,75
172100	Palmas	TO	18	SANEATINS	306.296	98,66	100,00	86,92	89,51	63,30	193,77	126,52	18,44	29,42	163,40
411370	Londrina	PR	19	SANEPAR	575.377	99,99	100,00	99,98	99,99	91,99	262,43	91,22	35,03	33,77	382,07
520870	Goiânia	GO	20	SANEAGO	1.536.097	99,07	99,45	92,71	93,06	72,10	403,20	52,50	18,59	18,76	109,77
Total					25.234.441	99,32	99,83	95,59	96,55	80,99	17.100,03	135,53	25,61	29,89	275,57

Fonte: GO Associados | Instituto Trata Brasil

A tabela completa com os 100 municípios está disponível no site do Instituto Trata Brasil – www.tratabrasil.org.br

Panorama dos 20 Piores nos últimos oito anos (2015 – 2022)

Nos últimos oito anos do Ranking, 30 municípios distintos chegaram a ocupar as 20 piores posições . Desses, 16 estiveram nas últimas colocações em pelo menos sete edições. Observou-se ainda que 13 municípios se mantiveram desde 2015 dentre os últimos colocados, sendo três localizados no Pará, e três no estado do Rio de Janeiro. Além disso, Porto Velho (RO), Ananindeua (PA), Santarém (PA) e Macapá (AP) estiveram sempre nas 10 últimas colocações dentre as 100 maiores cidades do país.

Por outro lado, alguns municípios apresentaram relativos avanços ao longo dos anos e já não pertencem mais ao grupo dos 20 piores nas duas edições mais recentes do Ranking. Alguns exemplos são: Natal (RN) ocupando a 72ª posição de 2022, Olinda (PE) ocupando a 65ª posição de 2022, Paulista (PE) ocupando a 64ª posição de 2022, e Aparecida de Goiânia (GO), que vem apresentando uma sólida melhora de seus indicadores nos últimos dois anos, tendo saltado 36 posições nesse período e alcançado a 47ª posição de 2022, firmando seu lugar entre os 50 primeiros colocados do Ranking 2022.

Tabela – As 20 piores cidades em oito anos

Município	UF	2022 SNIS 2020	2021 SNIS 2019	2020 SNIS 2018	2019 SNIS 2017	2018 SNIS 2016	2017 SNIS 2015	2016 SNIS 2014	2015 SNIS 2013	Anos Entre os 20 Piores
Porto Velho	RO	99	99	98	100	100	97	99	100	8
Ananindeua	PA	95	98	100	99	99	100	100	98	8
Macapá	AP	100	100	99	96	95	96	98	96	8
Santarém	PA	98	95	97	97	97	98	96	99	8
Manaus	AM	89	89	96	98	96	95	97	92	8
Belém	PA	96	96	95	90	98	90	87	93	8
Jaboatão dos Guararapes	PE	88	86	88	94	85	99	94	97	8
Gravatá	RS	92	88	94	87	91	94	88	94	8
São Gonçalo	RJ	94	94	87	92	94	86	89	90	8
Várzea Grande	MT	93	90	93	86	89	93	86	95	8
Duque de Caxias	RJ	90	93	89	91	92	91	91	88	8
São João de Meriti	RJ	87	97	92	89	88	82	93	91	8
Teresina	PI	84	83	90	85	84	88	85	89	8
Rio Branco	AC	97	92	84	93	90	74	90	84	7
Belford Roxo	RJ	82	91	91	95	86	83	77	82	7
Cariacica	ES	86	87	86	88	87	85	79	83	7
Nova Iguaçu	RJ	74	47	72	82	93	92	92	87	5
São Luís	MA	85	80	82	83	76	79	83	78	4
Canoas	RS	81	82	78	74	82	84	80	80	4
Maceió	AL	91	85	80	73	74	87	76	77	3
Olinda	PE	65	65	67	71	80	81	84	81	3
Juazeiro do Norte	CE	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	89	95	86	3
Joinville	SC	78	79	85	75	81	73	78	75	2
Natal	RN	72	72	74	84	79	76	82	76	2
Recife	PE	83	81	75	79	77	75	73	66	2
Pelotas	RS	80	84	79	80	83	71	70	58	2
Aparecida de Goiânia	GO	47	62	83	63	78	77	75	85	2
Caucaia	CE	79	78	81	78	72	80	71	73	1
Paulista	PE	64	59	58	65	69	78	81	79	1
Guarulhos	SP	68	40	76	81	57	53	35	33	1

Fonte: SNIS. Elaboração: GO Associados. Nota: N/A designa a colocação inexistente de um município que não foi contemplado no Ranking daquele ano devido ao critério populacional.

Municípios com rede de água potável

O Ranking do Saneamento contempla dezenas de indicadores, o principal está na disponibilidade do acesso à água tratada. Ao avaliar as 100 cidades do relatório, a média desse indicador é de 94,38% da população com os serviços – maior do que a média nacional, que é de 84,13% da população com o serviço. O destaque negativo foi de somente 32,87% da população em Porto Velho (RO) ter esse serviço. No ano anterior, o menor índice encontrado foi de 32,42%, em Ananindeua (PA). **A maioria dos municípios do Ranking (90 dos 100) possui atendimento total de água maior que 80%, de maneira que a maior parte dos municípios considerados no estudo se encontra próximo da universalização deste serviço.**

Tabela – Municípios com indicadores positivos e negativos no acesso à água potável

Municípios com bons indicadores	% da população com acesso à água potável
Rio de Janeiro (RJ)	100
Curitiba (PR)	100
Porto Alegre (RS)	100
Campo Grande (MS)	100
São Bernardo do Campo (SP)	100
Municípios com indicador negativo	% da população com acesso à água potável
Rio Branco (AC)	53,16
Santarém (PA)	50,90
Macapá (AP)	37,56
Ananindeua (PA)	33,80
Porto Velho (RO)	32,87

Fonte: GO Associados | Instituto Trata Brasil

É possível ter acesso a esse indicador na tabela completa disponível no site do Instituto Trata Brasil – www.tratabrasil.org.br

Municípios com rede de coleta de esgoto

Um dos principais gargalos do Ranking do Saneamento é a parcela da população com o serviço de coleta de esgoto. A média do país é de 54,95% da população com esse serviço, enquanto a média dos 100 maiores municípios estudados é de 75,69% da população com esse serviço. Apenas dois municípios da amostra possuem 100% de coleta de esgoto, a saber: Piracicaba (SP) e Bauru (SP). Outros 34 municípios possuem índice de coleta superior ou igual a 90% e, portanto, podem também ser considerados universalizados de acordo com a legislação. O menor percentual de população atendida com serviço de coleta de esgoto na amostra foi 4,14%, no município de Santarém (PA).

Tabela – Municípios com indicadores positivos e negativos no acesso à coleta de esgoto

Municípios com bons indicadores	% da população com acesso à coleta de esgoto
Piracicaba (SP)	100
Bauru (SP)	100
Cascavel (PR)	99,99
Curitiba (PR)	99,98
Londrina (PR)	99,98
Municípios com indicador negativo	% da população com acesso à coleta de esgoto
Rio Branco (AC)	21,29
Belém (PA)	17,14
Macapá (AP)	10,78
Porto Velho (PA)	5,88
Santarém (RO)	4,14

Fonte: GO Associados | Instituto Trata Brasil

É possível ter acesso a esse indicador na tabela completa disponível no site do Instituto Trata Brasil – www.tratabrasil.org.br

Volume de esgoto tratado nos municípios

Diferentemente do que o indicador de população com coleta de esgoto, o indicador de esgoto tratado faz uma análise percentual do volume que é gerado de água consumida no município e o quanto disso foi tratado, uma vez que foi gerado como esgoto. O Brasil trata 50,75% de todo o volume de esgoto gerado, mas a média dos 100 maiores municípios é de 64,09%.

Oito municípios apresentaram valor máximo (100%) de tratamento de esgoto e outros 18 municípios tem valores superiores a 80%, sendo considerados universalizados de acordo com a legislação no contexto deste Ranking. Contudo, a nota máxima é dada apenas aos municípios que também alcançam a universalização em atendimento da população com as redes de coleta de esgoto. Assim, alguns municípios que possuem 100% de tratamento de esgoto em relação à água consumida podem estar piores ranqueados do que municípios com níveis negativos. Isso ocorre, pois a nota deste indicador também considera a porcentagem da população com coleta de esgoto. Por exemplo, no caso de Petrópolis (RJ), o índice de tratamento foi de 100% em 2020, mas 84,57% da população têm coleta de esgoto, ou seja, o município não foi considerado como universalizado em termos de coleta. Neste caso, o município de Petrópolis (RJ) se encontra pior qualificado do que Limeira (SP), cujo índice de tratamento foi de 86,05% em 2020, mas

97,02% da população possuem coleta de esgoto. O valor mínimo de tratamento de esgoto foi 0%, nos casos de Porto Velho (RO) e São João de Meriti (RJ).

Tabela – Municípios com indicadores positivos e negativos no indicador de volume de esgoto tratado sobre a água consumida

Municípios com bons indicadores	% de volume de esgoto tratado sobre a água consumida
Piracicaba (SP)	100
Niterói (RJ)	100
Maringá (PR)	100
Jundiaí (SP)	100
Cascavel (PR)	100
Municípios com indicador negativo	% de volume de esgoto tratado sobre a água consumida
Santarém (PA)	7,80
Belém (PA)	3,61
Belford Roxo (RJ)	2,60
Porto Velho (PA)	0
São João de Meriti (RJ)	0

Fonte: GO Associados | Instituto Trata Brasil

É possível ter acesso a esse indicador na tabela completa disponível no site do Instituto Trata Brasil – www.tratabrasil.org.br

Investimentos totais por arrecadação em cinco anos

O Ranking do Saneamento adotou como critério avaliar a média dos investimentos sobre arrecadação dos últimos cinco anos. Neste indicador, considera-se não apenas os investimentos realizados pelo(s) prestador(es), mas também os investimentos realizados pelo poder público. Quanto maior for essa razão, mais investimentos o município está realizando relativamente à arrecadação, logo, merece uma melhor posição no Ranking.

O indicador médio dos municípios equivale a 19,80% da arrecadação em 2020, valor inferior ao observado em 2019 (20,96%), e ainda menor do que em 2018 (21,45%). O município com maior percentual de investimentos no período foi Santo André (SP), com 101,07%. O de menor nível relativo de investimentos foi Várzea Grande (MT), com 0%.

Tabela – Casos positivos e negativos do indicador de investimentos totais sobre a arrecadação em cinco anos

Municípios com bons indicadores	% de investimentos totais sobre a arrecadação
Santo André (SP)	101,07%
Nova Iguaçu (RJ)	82,02%
Boa Vista (RR)	74,64%
Aparecida de Goiânia (GO)	74,04%
Santarém (PA)	72,64%
Municípios com indicador negativo	% de investimentos totais sobre a arrecadação
Rio de Janeiro (RJ)	4,93%
Mauá (SP)	4,20%
Petrolina (PE)	3,31%
São Gonçalo (RJ)	1,56%
Várzea Grande (MT)	0,00%

Fonte: GO Associados | Instituto Trata Brasil

É possível ter acesso a esse indicador na tabela completa disponível no site do Instituto Trata Brasil – www.tratabrasil.org.br

Indicadores de Perdas de Água

Assim como na edição anterior, em 2022, o Ranking do Saneamento traz três indicadores de perdas para serem avaliados. Eles diferem metodologicamente, mas convergem no que se diz respeito à necessidade de olhar para estes números com cautela. O relatório considera:

- **Indicador de Perdas no Faturamento Total (IPF)** - Este indicador procura aferir a água produzida e não faturada. Quanto menor for essa porcentagem, melhor classificado o município deve estar no Ranking, pois uma menor parte da água produzida é perdida ou deixa de ser faturada. A média deste indicador para as 100 maiores cidades é de 38,64% - praticamente permaneceu inalterado frente aos 38,63% observados na última edição do Ranking.
- **Indicador de Perdas na Distribuição (IPD)** - Este indicador corresponde ao código IN049 – Índice de Perdas na Distribuição - do SNIS e é expresso em termos percentuais. Quanto menor for essa porcentagem, melhor classificado o município deve estar no Ranking, pois uma menor parte da água produzida é perdida na distribuição. Nas 100 maiores cidades do Brasil, a média deste indicador foi de 36,32%, menor do que a média nacional de 40,14%.

- Indicador de Perdas Volumétricas (IPV)** - Este indicador corresponde ao IN051 – Índice de Perdas por Ligação do SNIS, e é expresso em termos volumétricos. Quanto menor for essa volume, melhor classificado o município deve estar no Ranking, pois uma menor parte do volume de água produzida é perdido por ligação e por dia. O indicador médio das 100 maiores cidades do Brasil foi de 457,81 litro por ligação dia – maior do que a média nacional que é de 343,37 litros por ligação por dia.

Para o release, consideramos o IPD, no entanto, os demais indicadores estão disponíveis no relatório e podem ser vistos em www.tratabrasil.org.br no Relatório Completo.

Tabela – Casos positivos e negativos do indicador de perdas na distribuição

Municípios com bons indicadores	% perdas na distribuição
Nova Iguaçu (RJ)*	6,05
Santos (SP)	14
Goiânia (GO)	18,76
Limeira (SP)	18,88
Campo Grande (MS)	19,32
Municípios com indicador negativo	% perdas na distribuição
Mossoró (RN)	60,04
Pelotas (RS)	61,12
Manaus (AM)	65,24
Macapá (AP)	74,94
Porto Velho (RO)	84,01

Fonte: GO Associados | Instituto Trata Brasil

É possível ter acesso a esse indicador na tabela completa disponível no site do Instituto Trata Brasil – www.tratabrasil.org.br

**No caso específico do município de Nova Iguaçu, ocorreu uma alteração na forma de preenchimento da informação de Volume de Água Tratada Exportado (AG019), o que alterou, de forma representativa, tanto o indicador de Perdas de Faturamento Total, quanto o indicador de Perdas na Distribuição entre 2017 e 2018. No caso das Perdas na Distribuição, o indicador passou de 42,66% no SNIS 2017, e 4,27% no SNIS 2018. Já o indicador de Perdas de Faturamento passou de 65,53% (SNIS 2017) para 6,04% (SNIS 2018). De acordo com consulta feita ao Ministério do Desenvolvimento Regional, esta alteração ocorreu devido a revisão no preenchimento da informação de Volume de Água Tratada Exportado (AG019) em alguns municípios. No caso da CEDAE, o entendimento do MDR é que a forma de preenchimento deste indicador foi corrigida e agora está correta para o ano de 2018 em diante (incluindo 2020, ano base usado nesse Ranking).*

Evolução dos Investimentos nas capitais brasileiras

Foi feita uma avaliação sobre os investimentos nas capitais. A tabela abaixo traz a variação nos investimentos médios entre 2016 e 2020, a valores de junho de 2020, nas capitais brasileiras.

Entre 2016 e 2020, foram investidos cerca de R\$ 23 bilhões em valores absolutos nas capitais, sendo que o município de São Paulo (SP) realizou quase metade desse montante, com aproximadamente R\$ 11 bilhões. Naturalmente, foi a cidade com o maior investimento total no período, seguida por Brasília (DF) com R\$ 1,5 bilhão, e pelo Rio de Janeiro (RJ) com R\$ 1 bilhão.

É também elucidativo observar o investimento médio anual por habitante. O patamar nacional médio de investimentos anuais por habitante para a universalização, de acordo com dados do Plansab, é de aproximadamente R\$ 113,30 per capita. Neste sentido, Cuiabá (MT) foi a capital que, em média, mais investiu, com R\$ 213,33 por habitante. A segunda capital que mais investiu em termos per capita foi São Paulo (SP) com R\$ 180,97 por habitante, seguida de Natal (RN) com R\$ 141,21 por habitante.

Ficaram ainda acima do patamar do Plansab: Boa Vista (RR) com R\$130,80 por habitante, Palmas (TO) com R\$126,52 por habitante, e Campo Grande (MS) com R\$119,95. A média das capitais foi de R\$91,03 por habitante, valor quase 20% menor do que o estabelecido pelo Plansab. Os patamares mais baixos foram observados em João Pessoa (PB) com R\$26,36 por habitante, em Maceió (AL) com R\$21,61 por habitante, e em Macapá (AP) com irrisórios R\$11,25 por habitante, o que justifica parcialmente sua posição como último do Ranking 2022.

Tabela – Evolução dos Investimentos nas capitais brasileirasMunicípio	UF	2016 (R\$ MM)	2017 (R\$ MM)	2018 (R\$ MM)	2019 (R\$ MM)	2020 (R\$ MM)	Total (R\$ MM)	Média (R\$ MM)	Média per capita (R\$)
Aracaju	SE	93,84	88,95	31,17	54,87	59,46	328,29	65,66	98,75
Belém	PA	84,65	37,72	43,61	65,07	236,32	467,38	93,48	62,33
Belo Horizonte	MG	113,92	123,10	86,87	80,05	59,75	463,69	92,74	36,78
Boa Vista	RR	65,90	80,06	59,29	32,62	36,59	274,45	54,89	130,80
Brasília	DF	221,60	393,85	315,16	290,01	241,72	1.462,34	292,47	95,73
Campo Grande	MS	142,27	93,15	84,30	113,69	110,01	543,42	108,68	119,95
Cuiabá	MT	53,21	52,13	179,97	266,72	107,29	659,32	131,86	213,33
Curitiba	PR	189,02	103,61	103,61	114,87	158,05	669,17	133,83	68,68
Florianópolis	SC	55,38	39,59	46,13	48,03	64,51	253,64	50,73	99,70
Fortaleza	CE	108,00	125,79	139,39	168,60	146,08	687,85	137,57	51,21
Goiânia	GO	97,06	48,76	96,05	50,18	111,14	403,20	80,64	52,50
João Pessoa	PB	23,93	7,84	8,42	42,57	25,12	107,87	21,57	26,39
Macapá	AP	0,00	2,80	5,77	1,35	18,93	28,84	5,77	11,25
Maceió	AL	38,87	24,92	20,12	14,43	12,45	110,79	22,16	21,61
Manaus	AM	64,65	89,93	177,43	191,37	133,63	657,01	131,40	59,20
Natal	RN	96,51	107,15	272,31	85,54	67,23	628,74	125,75	141,21
Palmas	TO	37,88	31,40	42,74	53,39	28,36	193,77	38,75	126,52
Porto Alegre	RS	111,17	85,13	76,50	56,73	81,04	410,57	82,11	55,18
Porto Velho	RO	5,43	57,68	36,02	6,03	3,09	108,24	21,65	40,14
Recife	PE	147,05	173,98	171,91	161,05	169,47	823,47	164,69	99,61
Rio Branco	AC	16,56	14,24	26,45	7,07	2,44	66,76	13,35	32,30
Rio de Janeiro	RJ	441,74	125,77	140,04	185,35	129,45	1.022,34	204,47	30,30
Salvador	BA	88,62	165,37	167,22	141,20	143,44	705,85	141,17	48,90
São Luís	MA	84,92	105,57	100,26	16,76	13,41	320,92	64,18	57,88
São Paulo	SP	3.187,24	2.678,49	1.985,45	1.626,86	1.674,17	11.152,23	2.230,45	180,97
Teresina	PI	2,63	36,15	109,38	123,83	88,78	360,77	72,15	83,12
Vitória	ES	13,22	22,54	29,24	40,19	14,14	119,33	23,87	65,23
Total		5.585,28	4.915,68	4.554,80	4.038,44	3.907,75	23.001,95	4.600,39	91,03

Fonte: SNIS. Elaboração: GO Associados. Nota: Todos os montantes investidos foram trazidos a valores de final de junho de 2020 utilizando o IGP-DI da FGV.

Conclusão

A 14ª edição do Ranking do Saneamento, produzido somente para as 100 maiores cidades brasileiras, traz um alerta para os municípios na parte de baixo da tabela que estão se distanciando até mesmo de cidades que ocupam o meio da tabela. A ausência de política pública de saneamento básico em dezenas destes municípios ainda se reflete nos indicadores negativos estudados no relatório. Ainda que os dados sejam auto declaratórios das concessionárias de saneamento para o SNIS, a realidade não se distancia do que os números apontam, e o Instituto Trata Brasil, junto à GO Associados, estão cientes de que a situação, em determinados locais, pode ser pior do que se aparenta.

O país tem como compromisso o Novo Marco Legal do Saneamento (Lei Federal 14.026/2020), sobretudo em fornecer água para 99% da população e coleta e tratamento de esgoto para 90%, até 2033. Em 2021, ano ainda não abordado na 14ª edição do Ranking do Saneamento, houve uma mudança de comportamento por parte de estados e municípios brasileiros, fazendo com o que o país movimentasse R\$ 42,2 bilhões na carteira de leilões dos serviços de água e esgoto em diversas localidades.

Entende-se que o reflexo destes aportes pode ser visto nos próximos Rankings do Saneamento, com grandes investimentos a longo prazo, convergindo na elevação de alguns dos indicadores. Enquanto isso, o que se vê no Ranking, é a permanência de muitos municípios em posições confortáveis, com indicadores pertos da universalização do saneamento, com investimentos ainda consideráveis, mesmo com quase toda, ou toda, população atendida.

Dessa forma, entendemos que a 14ª edição do Ranking do Saneamento ainda joga luz em capitais e outras grandes cidades para que os problemas referentes ao acesso ao saneamento básico sejam prioridade nessa década, para que possamos adentrar em 2030 perto de cumprir com o que foi acordado no Novo Marco Legal do Saneamento Básico.

Aspas dos porta-vozes:

Luana Siewert Pretto – Presidente Executiva do Instituto Trata Brasil. *“Essa edição de 2022 evidenciou uma estagnação dos municípios que sempre estão nas piores posições. O que nos assusta é que estas cidades, mais uma vez, são da região Norte do país, aonde o acesso ao saneamento ainda é mais deficitário do que em outras regiões. Há capitais que estão trabalhando nos últimos anos para saírem dessa posição, mas não é a regra, é a exceção.”*

Gesner Oliveira – Sócio da GO Associados. *“Em 2020, foi sancionado o Novo Marco Legal do Saneamento Básico, um importante passo no sentido de promover investimentos no setor, e, conseqüentemente, direcionar o país à universalização. Contudo, 2020 também foi o primeiro ano da pandemia de Covid-19 no Brasil, fato que escancarou a lentidão com que avançam os principais indicadores de saneamento básico. Portanto, é muito preocupante observar nove capitais entre os piores colocados de novo. É uma população somada de 10 milhões de habitantes exposta a condições subumanas. É preciso fazer mais do que isso.”*